



Rodrigo da Rocha Loures*

28 DEZ 2006

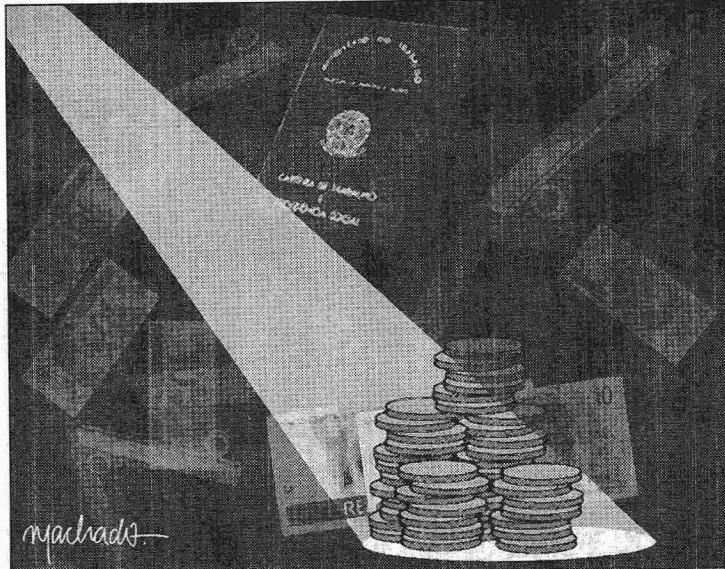
Foco na economia do crescimento

É essencial a coordenação de políticas para reequilíbrio da taxa de câmbio

O ano de 2006 será lembrado por dois fatos relevantes: a recessão econômica e as eleições presidenciais. Em razão do primeiro fato, ficamos satisfeitos com o compromisso assumido pelo presidente Lula de fazer o Brasil crescer pelo menos 5% ao ano a partir de 2007. Após mais de doze anos de abandono de políticas públicas facilitadoras do crescimento, esta meta deve ser comemorada por todos nós. Comemorada e respaldada pelos empresários e pela opinião pública. Um verdadeiro fato histórico.

Sabemos que a manutenção da taxa de juros real mais exorbitante do mundo e o câmbio valorizado se constituem em verdadeiros exterminadores dos empregos e dos empreendedores. Esta política tem obrigado o governo a ampliar a carga de impostos, ao mesmo tempo que reduz os investimentos em infra-estrutura e a prestação de serviços para garantir o pagamento dos juros. Assim, a baixa taxa de investimentos — menos de 20% do PIB nos últimos anos —, constitui a prova cabal da permanência de uma política econômica equivocada, prejudicial à produção e à própria soberania do País.

Sendo agora o crescimento um imperativo presidencial, precisamos exercitar novos métodos e processos que favoreçam esta expansão. Felizmente para isto contamos com uma pléiade de excelentes economistas capazes de formular políticas econômicas pautadas pela necessidade de crescimento do PIB, sem prejuízo, e até mesmo favorecendo a estabilidade de preços. A meta de 5% fixada para 2007 é muito importante para orientar a for-



mulação dessa nova política.

Será necessário garantir a confiança dos investidores que acreditam na capacidade produtiva do País. O setor produtivo precisa ter garantias de que as taxas de juros reais vão cair até os cerca de 3% ao ano, equivalentes àquelas dos países emergentes, mas a taxa de risco. Embora necessária para estabelecer a confiança dos investidores, somente a queda dos juros não será suficiente. Elevar substancialmente o investimento produtivo requer também uma redução dos seus custos financeiros e fiscais.

Uma mudança na política cambial é inadiável. Diversos setores estão vivendo literalmente à beira do abismo devido à absurda valorização do real. Um diagnóstico e um tratamento competente da política cambial são absolutamente prioritários. Por isso a coordenação entre as políticas fiscal e monetária — redução de juros e operações mais fortes de compras de reservas e redução dos gastos de consumo cor-

rente do governo — é uma condição essencial para o reequilíbrio da taxa de câmbio médio prazo.

A construção de uma macroeconomia do crescimento deve ser uma verdadeira obsessão para todos nós. E a produção deve estar no centro da política macroeconômica. Precisamos de um governo que estimule a capacidade empreendedora dos brasileiros por meio de políticas de juros e de câmbio apropriadas. Uma mudança de rumo na política macroeconômica deve ser o passo imediato. Precisamos de alinhamento de discurso e de ação nesta direção. Não podemos perder o foco.

Entretanto, mais uma vez estamos ouvindo discursos de dentro e fora do governo desqualificando as propostas que apontam as causas da recessão nessa política que mantém as mais altas taxas de juros do mundo e um câmbio não competitivo. Outros complementam este discurso enfatizando que o Brasil só poderá crescer

GAZETA MERCANTIL

após a realização de reformas estruturais. Será que os defensores da política atual estão tentando demover o presidente da sua decisão? E desarticular as forças capazes de sustentar uma renovação da política econômica? E nos fazer esquecer da promessa do presidente?

Estamos de acordo que reformas tais como do Estado, tributária, previdência, trabalhista são necessárias. No entanto, temos a convicção de que não precisamos aguardar até que elas sejam realizadas para que o Brasil volte a crescer de forma vigorosa. As alavancas primordiais neste momento estão ancoradas nas políticas fiscal e monetária. As quais deverão ser gerenciadas de forma competente e articuladas visando a prosperidade geral. E não exclusivamente os interesses dos rentistas.

Nunca é demais lembrar a necessidade de nos mantermos sempre alertas para resistir às manobras dos defensores do status quo que privilegia os rendimentos financeiros em detrimento do lucro oriundo da produção. Precisamos refutar os argumentos que querem nos fazer crer na impossibilidade do nosso País crescer muito além das pífias taxas atuais. Nós dispomos de competências capazes de formular políticas consistentes de crescimento.

Precisamos sustentar o compromisso presidencial. Nós, empresários, não podemos nos omitir. O foco tem que ser a macroeconomia do crescimento.

* Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep) e presidente do Conselho de Política Industrial da CNI. Próximo artigo do autor em 11 de janeiro